

CEMVEJ

Comitê Estadual de Memória,
Verdade e Justiça do Paraná

1 Ata da Reunião Ordinária do CEMVEJ – 14/07/2021.

2 No décimo quarto dia do mês de Julho de 2021, às 14 horas, por meio de
3 videoconferência disponível no link conferencia.pr.gov.br/CEMVEJ, foi realizada a reunião
4 **ordinária** do Comitê Estadual de Memória, Verdade e Justiça do Estado do Paraná.
5 Conforme convocação prévia, fizeram-se presentes: **Titulares Governamentais: Ana**
6 **Raggio** (SEJUF); **Isabela Damiani (Arquivo Público); Suplentes Governamentais:**
7 **Aimoré Índio do Brasil Arantes** (SEEC); **Titulares da Sociedade Civil: Ivete Maria**
8 **Caribé Rocha** (SERPAJ); **Aluizio Ferreira Palmar** (CDHMP); **Suplentes da Sociedade**
9 **Civil: Daniel de Oliveira Godoy Junior** (SERPAJ); **Adélia Lopes Salamene** (SINDIJOR
10 PR); **Carla Luciana Souza da Silva** (UNIOESTE); **Convidados(as) Titulares: Olympio**
11 **de Sá Sotto Maior Neto** (MPPR); **Maria Aparecida Blanco de Lima** (TJ/PR); **Rodrigo**
12 **Collares Tejada** (DPU); **Convidados Suplentes: Rafael Osvaldo Machado Moura**
13 **(MPPR); Luís Gustavo Anabuk** (DPE); **Convidados(as)/Colaboradores(as): Regina**
14 **Bley** (MPPR); **Norton Nohama** (UFPR); **Raquel Osowski; Claudia Cristina Hoffmann**
15 **(MPPR); Thais** (ALEP); **Tais Carvalho** (UPES); **Hialony Rodrigues** (SEJUF); **Daiane**
16 **Pego** (SEJUF). **Justificativa de Ausência:** justificou a não presença **Marionilde Dias**
17 **Brepohl de Magalhães** (UFPR) por motivos de saúde, conforme informação da própria
18 representante titular, da representante suplente **Marina Braga Carneiro** (Arquivo
19 Público), que está de luto, e justificativa de ausência do representante titular **Jefferson de**
20 **Oliveira Salles** (SEED) também por motivos de saúde. **Abertura:** Ana Raggio deu início à
21 reunião saudando a todas e todos presentes e parabenizou pela realização da Cerimônia
22 do CEMVEJ de Entrega dos Documentos da Comissão Estadual da Verdade, a qual disse
23 ter sido muito produtiva. **1º. Aprovação da Pauta:** Ana Raggio leu, para mais
24 esclarecimentos, a pauta em reunião. Informou do adiamento da tratativa em relação à
25 Análise das Recomendações, para que o ponto seja tratado separadamente em uma
26 reunião extraordinária futuramente. A coordenadora Ivete informou quanto ao falecimento

CEMVEJ

Comitê Estadual de Memória,
Verdade e Justiça do Paraná

27 do Sr. Valdetar Antônio Dornelles, importante militante da Operação de Três Passos, e
28 sugeriu a inclusão de um ponto de pauta em sua homenagem, onde, assim, a Cláudia lerá
29 o texto da mãe do companheiro e o Aluízio poderá dar algumas palavras a respeito de tal
30 importante movimento que foi a Guerrilha de Três Passos (primeira manifestação de
31 resistência após o Golpe de 64, demarcou) e que teve em seus desdobramentos impacto
32 direto na vida de outras figuras de resistência do Estado do Paraná – nesse sentido, a
33 prof^a. Carla sugeriu a elaboração e emissão de uma Nota de Pesar. Já Aluízio pediu a
34 inclusão de uma pauta em relação ao Desenho dos Caminhos da Resistência em Curitiba,
35 o qual pediu que se debata a análise e exposição. Sem mais inclusões, a pauta foi
36 aprovada com as inclusões supracitadas. **2º. Aprovação da ata da reunião**
37 **extraordinária de maio/2021 e ordinária de junho/2021:** atas aprovadas para
38 publicação sem alterações. **3º. Falecimento do militante da Operação de Três Passos**
39 **e Emissão de Nota de Pesar:** O Aluízio explanou sobre o Sr. Valdetar, que compôs
40 aquilo que chamou de Movimento Estratégico e Nacionalista de Esquerda, surgido no
41 noroeste do Rio Grande do Sul. Expressou que o objetivo do grupo do qual o Sr. Valdetar
42 fez parte era o de insurgir um levante, e para tal realizaram uma proclamação
43 conclamando e incitando o povo à resistência; após, partiram em direção ao Paraná,
44 realizando paradas em cada cidade no intuito de fortalecer o levante, até que foram
45 presos ao atravessar o Rio Iguaçu de balsa após um confronto armado. Após presos,
46 foram torturados durante todo o caminho, além de expostos e violentados em praça
47 pública, para depois cumprirem pena. O Sr. Valdetar compunha a linha de frente do
48 movimento; depois de solto, formou-se em direito e fundou a Associação de Proteção aos
49 Perseguidos Políticos da região noroeste, participou de toda ação pela anistia e participou
50 e prestou depoimento na Comissão Nacional da Verdade e na Comissão Estadual da
51 Verdade (CEV) – portanto, mostrando-se sempre ativo e disposto na defesa pela
52 democracia e pela punição aos que violaram os direitos durante o período militar,
53 incansável militante até o fim de sua vida. Cláudia leu um texto composto a partir da

CEMVEJ

Comitê Estadual de Memória,
Verdade e Justiça do Paraná

54 Audiência Pública realizada em Cascavel em 2014, onde o Sr. Valdetar realizou um relato
55 no qual citou sua mãe, emocionando a todos. Cláudia prosseguiu dizendo que o relatório,
56 contemplando a temática de gênero, destacou três mulheres: Clarissa Mertz, Laurentina
57 Dornelles (mãe de Valdetar) e Isabel Fávaro. Sendo assim, realizou a leitura do trecho
58 sobre Laurentina Dornelles que consta no Relatório da CEV, disponível em
59 <https://bitly.com/Ox9cw>, e que fora inspirado no relato do Sr. Valdetar. Cláudia ainda
60 informou que o texto foi entregue à filha do Sr. Valdetar logo após encerrado o relatório e
61 esta mostrou ao pai, que agradeceu. O colaborador Aluizio encarregou-se de elaborar a
62 minuta da Nota de Pesar e enviá-la, posteriormente, no grupo de *WhatsApp* do Comitê
63 para conhecimento de todos. **4º. Desenho dos Caminhos da Resistência em Curitiba:**
64 Norton faz uma breve retrospectiva para situar o assunto como ele apareceu, assim,
65 tratou do tema informando daquilo que se trabalhou no Fórum Paranaense de Resgate da
66 Verdade, Memória e Justiça: à época, primeiro disse que houve uma reunião realizada na
67 SEJUF com o Secretário Nacional de Justiça onde este ofereceu algumas sugestões,
68 entre as quais estava a criação de um Museu de Percurso nomeado de “Caminhos da
69 Resistência” que seria basicamente a marcação dos pontos históricos de resistência no
70 Estado do Paraná. Produzido o roteiro, fora traduzido em uma publicação, um livreto, com
71 algumas milhares de cópias distribuídas em vários momentos, além da criação de uma
72 página na *internet*, exibida pelo colaborador na reunião. Norton expressou tratar-se de uma
73 introdução aos conteúdos e exposição dos locais. O documento foi feito na UFPR e o
74 colaborador disse que seria proveitoso estabelecer contato para atualização do material e
75 averiguar quanto uma nova leva de reimpressões. Norton também explanou sobre a
76 interlocução com o IPPUC no sentido de demarcar com totens nos pontos históricos, a
77 ideia era que tivesse um roteiro de visita que fosse oficial, com isso o IPPUC se
78 comprometeu na época de instalar três totens em marcação histórica, porém só foram
79 dispostos três: um na Praça Santos Andrade, um na Reitoria (ao lado do Prédio Dom
80 Pedro II) e um na Boca Maldita (ao lado das livrarias Curitiba); contudo, o da Praça

CEMVEJ

Comitê Estadual de Memória,
Verdade e Justiça do Paraná

81 Santos Andrade fora removido por conta de reformas e parece que não recolocaram.
82 Dados os expostos, Ana Raggio sugeriu o envio de um e-mail ao IPPUC a fim de retomar
83 o processo de remarcação dos pontos históricos e reiniciar os diálogos. Com a palavra,
84 Aluizio manifestou que o trabalho relatado é muito bom; explicitou, adiante, que o
85 interesse em trazer à reunião o ponto de pauta é mesmo pela retomada de tais trabalhos,
86 objetivando uma divulgação institucional e escolar do material. Ana Raggio elucidou os
87 encaminhamentos: 1) divulgação virtual do material já que se encontra pronto; 2) contato
88 com a SEED a fim de averiguar a possibilidade de divulgação do material nas escolas; e
89 3) contato com o IPPUC para retomada da distribuição de totens em Curitiba.
90 Encaminhamentos aprovados, sem mais manifestações, passou-se para o próximo ponto
91 de pauta. **5º. Análise das Recomendações:** pauta adiada. Ana Raggio apenas
92 rememorou sobre a última reunião extraordinária em que se analisou as recomendações
93 do Ministério Público e aprovou o encaminhamento dos casos para algumas instituições,
94 como: o Ministério Público (Estadual e Federal) e Defensoria Pública (Estadual e da
95 União), conforme o caso, mediante ofício com uma tese já desenvolvida sobre a não-
96 aplicação da Lei de Anistia. A minuta desse ofício já foi elaborada e enviada para o Dr.
97 Rafael para sua análise; este informou que na próxima semana deve retornar resposta do
98 ofício. Na ocasião, também aprovou-se o envio de ofício para as Corregedorias sobre a
99 necessidade de aplicação do controle de convencionalidade, ou seja, sobre a
100 necessidade de observância dos instrumentos internacionais de que o Estado é parte,
101 seja, por exemplo, de não aplicar a Lei de Anistia, seja sobre a imprescritibilidade dos
102 crimes lesa-humanidade, etc...Adiante, Ana estabeleceu contato com a Dra. Ivete a fim de
103 averiguar quem poderia auxiliar no levantamento de cada uma das operações – referente
104 a cada capítulo do Relatório da CEV – a fim de enviar o material disponível e adequado
105 de cada caso para o envio às instituições pertinentes. Sobre as demais recomendações,
106 Ana Raggio propôs uma reunião extraordinária a fim de lidar estritamente com a Análise
107 das Recomendações, e sugeriu o dia 28/07/2021 – data aprovada pelo comitê. Sem mais,

CEMVEJ

Comitê Estadual de Memória,
Verdade e Justiça do Paraná

108 prosseguiu-se para o próximo ponto de pauta. **6º. Entrega de cópia digital do Relatório**
109 **e dos arquivos da CEV ao Arquivo Nacional, à Comissão Interamericana de Direitos**
110 **Humanos e à Comissão de Anistia:** iniciando a discussão, a coordenadora Dra. Ivete
111 opinou que para a Comissão de Anistia o envio de uma cópia não seria oportuno, sugere
112 aguardar um momento mais adequado; entretanto, mostrou-se de acordo em enviar o
113 material aos demais por ofício, devido à dificuldade de realizar evento de entrega por
114 conta da Pandemia de Covid-19. Já o Dr. Rafael questionou se em relação ao envio do
115 Relatório para a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), a ideia é remeter
116 para a CIDH para que seja aberto algum processo de investigação em relação a violação
117 de Direitos Humanos por parte do Brasil ou apenas lhes dar ciência, pois, explica que,
118 existem duas linhas de atuação na CIDH: uma sobre o monitoramento das violações de
119 direitos humanos nas Américas, no Brasil em especial, em que fazem mais que um
120 trabalho político de fazer um alerta às instituições e compilar dados para se ter uma noção
121 do que está se passando em cada país, já a outra linha de atuação, funciona como a
122 atuação do Ministério Público, recebendo petição referente a violações concretas de
123 direitos humanos em que o sistema de justiça local não foi capaz de responder
124 adequadamente, dando ciência ao país em questão, instaura um processo e delimita os
125 fatos a serem investigados, por fim reconhecem as violações e se o país não se
126 compromete a reparar o caso é judicializado e encaminhe-se o caso para a Corte
127 Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH). Assim enfatiza, se a ideia for
128 relacionada a essa segunda linha de atuação da CIDH é importante delimitar bem o que
129 será encaminhado para que seja investigado, pois se enviar o relatório inteiro a solicitação
130 não será indeferida de plano. O Norton explicitou aos presentes acerca dos propósitos da
131 ideia inicial do encaminhamento acerca do relatório e do acervo para os três órgãos que
132 tinha uma finalidade específica para cada um, sendo elas: a) Arquivo Nacional: justificou
133 que ficou convencionado pelo Arquivo Nacional e pelas Comissões Estaduais que o
134 Arquivo Nacional seria o grande repositório, inclusive está previsto na lei que cria a

CEMVEJ

Comitê Estadual de Memória,
Verdade e Justiça do Paraná

135 Comissão Nacional da Verdade que todo acervo documental e de multimídia resultante da
136 conclusão dos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade deverá ser encaminhado ao
137 Arquivo Nacional; b) Comissão de Anistia: a visualização do encaminhamento partia da
138 orientação de que os processos relativos a vítimas que tramitavam na Comissão de
139 Anistia e que tivessem sido estudados e relatados pelas comissões estaduais poderiam
140 ser beneficiados pelo rito sumário, de tal forma que todo o procedimento de investigação
141 e levantamento desses casos passaria a adotar o relatório das comissões estaduais como
142 parte do processo de modo a tornar as deliberações das comissões mais rápidas, haja
143 vista que um pedido de anistia na Comissão é bastante demorado, então a finalidade do
144 envio do acervo à Comissão de Anistia é dar celeridade às deliberações das comissões
145 em relação aos casos que estão em análise na Comissão de Anistia; reitera a ponderação
146 da Dra. Ivete sobre não ser o momento mais adequado para o envio do acervo; e, c)
147 Corte Interamericana: a ideia do envio era sobretudo obter depósito de toda
148 documentação fora do país, prevendo que podemos ter alguma obstaculização de acesso
149 a esses acervos ou de alguma maneira se esses acervo se perder já teremos um
150 repositório fora da jurisdição nacional, então a ideia era depositar esse acervo fora do
151 território nacional e a Corte Interamericana pareceu ser o local adequado; Observa que
152 tem a questão mais adequada dos casos que a Corte analisa e eventualmente essa
153 documentação pode ajudar, não descarta a possibilidade de apresentar algumas
154 demandas à Corte IDH, cita como exemplo o caso da “Estrada do Colono” com potencial
155 de ser demandado perante a Corte. Diante dos expostos, o Dr. Rafael manifestou-se
156 plenamente de acordo com o envio do acervo; ainda, explanou que isso contribuirá para
157 amparar com os casos que já estão em tramitação na CIDH e sugeriu a solicitação de
158 audiência com a atual secretária da CIDH, no modo audiência – ainda recomendou que
159 quando da entrega do relatório conste como pedido específico que o relatório seja
160 armazenado na CIDH e que o acesso às informações seja pleno, quando necessário.
161 Encaminhamento aprovado – excetuando-se o envio, por hora, à Comissão de Anistia.

CEMVEJ

Comitê Estadual de Memória,
Verdade e Justiça do Paraná

162 Dando continuidade às discussões, a Dra. Ivete questionou Aluízio se ele têm
163 informações sobre o Caso do Parque Nacional do Iguaçu, onde 06 (seis) presos políticos
164 foram assassinados e ainda estão desaparecidos. Aluízio informou que é uma
165 investigação que ficou pela metade e não é conclusivo que o fato ocorreu mesmo no
166 Parque Nacional do Iguaçu, é um dos possíveis locais. O Dr. Rafael fez uma observação
167 sobre este caso, orientando que se a finalidade for a de remetê-lo à CIDH é importante
168 observar o prazo de 06 (seis) meses após a finalização das investigações, processo ou
169 algum movimento sobre o caso em questão na justiça brasileira, porém se tiver algo
170 tramitando sobre o caso que se demonstre muita morosidade e que não vá resultar em
171 nada proveitoso ou instrutivo é possível remeter à CIDH, antes de ocorrer o trânsito em
172 julgado do processo no Brasil; por fim se coloca à disposição para, se for o caso de
173 remeter à CIDH, ajudar a redigir a petição. Como uma das vítimas era um cidadão
174 argentino, Aluízio propôs que o Comitê entre em contato com o governo argentino a fim
175 de estabelecer uma parceria entre a CEV-PR e o Comitê com entidades e órgãos da
176 Argentina, sobre esse caso, se for demandar perante a CIDH, já que existe um cidadão
177 argentino entre os desaparecidos e o governo brasileiro não avança na investigação
178 sendo que um dos assassinos, soldado Camarão, está vivo e deveria ter sido intimado
179 pela Polícia Federal (PF). A Dra. Ivete concorda em envolver os órgão da Argentina, haja
180 vista que são mais eficientes e mais rápidos que os nossos. Continuando a discussão,
181 Norton informa que na Argentina o caso nem foi aberto, pois ocorreu fora do período da
182 Ditadura Argentina. No entanto, chegou a ser aberto procedimento na PF de Foz do
183 Iguaçu, porém foi trancado e desde então não foi mais reaberto. Sobre isso, Aluízio
184 comunica que o Ministério Público Federal (MPF) abriu uma investigação sobre o caso, há
185 aproximadamente 05 (cinco) anos atrás, até chegou a prestar depoimento, mas não tem
186 informações sobre o andamento dessa investigação. Diante disso, o Dr. Rafael sugere
187 oficial a Procuradoria do MPF de Foz do Iguaçu solicitando informações sobre o destino
188 que foi dado ao depoimento, até porque o prazo de seis meses para o envio da petição à

CEMVEJ

Comitê Estadual de Memória,
Verdade e Justiça do Paraná

189 CIDH começa ocorrer após a ciência da vítima ou dos familiares da vítima, assim, mesmo
190 que o caso já tenha sido arquivado as vítimas ou os familiares das vítimas ainda não
191 foram notificados, por isso é importante o Comitê solicitar informações para dar
192 encaminhamento e estudar se for o caso de enviar mesmo para a CIDH. A Prof^a. Carla
193 informa que em 2019 esteve na Comisión Provincial por *la Memoria en La Plata*, na
194 Argentina, entre outras coisas falou sobre esse caso do Parque Nacional do Iguaçu e
195 posteriormente lhe foi enviado a documentação que essa comissão tem sobre o caso; tão
196 logo, disponibilizou-se a revisar o material conforme as elaborações, materializando o
197 contato com a Argentina. Ainda, informa que fez uma entrevista com a Lilian Ruggia, irmã
198 de Enrique Ernesto Ruggia – uma das vítimas do caso do Parque Nacional do Iguaçu - e
199 se coloca à disposição para contribuir na elaboração da petição que será encaminhada
200 para a CIDH. Por fim, Aluizio ainda informa que o Ministério Público Militar (MPM) também
201 chegou a abrir uma investigação sobre este caso, mas não tem informações se já foi
202 arquivado. Ademais, os encaminhamentos foram: I) oficiar o órgão responsável na
203 Argentina propondo parceria para demandar o caso perante a CIDH - a Prof^a. Carla
204 sugeriu, inicialmente, diálogo com a Lilian Ruggia, para saber quais órgãos ela já havia
205 contatado e se já tem alguma movimentação na Argentina sobre esse caso, pois Lilian
206 Ruggia já tentou fazer alguma coisa nesse sentido – sugestão aprovada; II) oficiar o MPF
207 solicitando informações sobre o andamento das investigações em que Aluizio foi intimado
208 a depor, a Raquel sugeriu encaminhar ofício ao GT Memória e Verdade, coordenado pela
209 Dra. Eugênia, em SP – sugestão aprovada; Aluizio ficou de enviar uma cópia da
210 intimação; III) Oficiar o MPM solicitando informações sobre a investigação em que Aluizio
211 prestou depoimentos, o Dr. Rodrigo Tejada questionou se Aluizio não tem o número do
212 expediente do MPM – Aluizio ficou de encaminhar também as informações que tem sobre
213 essa investigação para oficiar o MPM. **7º. Iniciar um trabalho nas Escolas e**
214 **faculdades, para dar conhecimento amplo do relatório da CEV, com novos**
215 **depoimentos de pessoas que sofreram as graves violações na Ditadura e todas as**

CEMVEJ

Comitê Estadual de Memória,
Verdade e Justiça do Paraná

216 ocorrências daquele período. Pensar num edital, com premiação para redações,
217 algo que possa incentivar estudantes a conhecer esse período da história
218 brasileira. Cláudia abordou o ponto de pauta dizendo que havia pensado na elaboração
219 de uma proposta em que o LUME assumisse tal função, considerando o primeiro projeto
220 que havia ido ao Ministério Público Federal em que se destacava que a educação era um
221 de seus principais pontos e objetivos. Haja vista que já existe um plano de trabalho
222 mínimo, aguardando-se apenas orçamento, para trabalhar com formação de professores
223 e alunos, e tendo já dialogado com Regina Bley, visualizou-se tal proposição. Portanto, a
224 matéria da ideia passaria pela criação de um GT que se interesse pelo tema, elaborando-
225 o no 2º (segundo) Semestre de 2021 através de um plano de trabalho. A colaboradora
226 exibiu na reunião uma cartilha que poderia servir de exemplo a esta proposição. Sendo
227 assim, a ideia passa por: o LUME assume como um lugar de memória; e criação de um
228 GT para pensar o Plano de Trabalho que será posto em prática. A Dra. Ivete expressou
229 concordância quanto às colocações e ainda propôs a elaboração e produção de *lives*,
230 acompanhadas por diversos palestrantes, ocorrendo durante as atividades. Cláudia
231 completou dizendo que o trabalho poderia iniciar-se com alunos da graduação. Norton
232 propõe agregar forma de motivação para os professores; e também citou, no que diz
233 respeito às universidades, agregar-se à ideia do edital via Superintendência de Ciência,
234 Tecnologia e Ensino Superior do Paraná (SETI), que fomentará inclusive pesquisas e a
235 elaboração de material didático. Cláudia ratificou que o GT aprofundaria todas as
236 sugestões, pondo-as em prática; mencionou que para um trabalho preparatório com os
237 professores poder-se-ia aplicar a eles um curso, pelo LUME com o aval do comitê –
238 agregando outras entidades, como o APP Sindicato. Propostas aprovadas. Ainda, Cláudia
239 ficou de criar um grupo de *WhatsApp* com os integrantes do GT, ficando composto por:
240 Cláudia, Norton, Profª. Carla e Tais (UPES). **8º. Informes:** Não houveram informes.
241 **Encerramento:** sem mais considerações, a coordenadora Dra. Ivete agradeceu a
242 participação de todos e todas e encerrou a reunião. A presente ata foi lavrada pelo

CEMVEJ

Comitê Estadual de Memória,
Verdade e Justiça do Paraná

243 estagiário Gabriel de Franco Rocha e revisada pela Residente Técnica Daiane Pego.

Palácio das Araucárias - Rua Jacy Loureiro de Campos, S/N, - Centro Cívico - 80230-110
Curitiba – Paraná – Telefone (41) 3210-2596 – cemvej@sejuf.pr.gov.br